

Conteúdo programático de prática processual - 7º semestre

1. Prática Processual Civil

1.1 Peça processual a ser desenvolvida (manuscrita)

Caio Mário, morador da cidade Marília (Comarca de Marília), foi casado com Joana por mais de quatro décadas, tendo tido apenas um filho, Tício, morador de Itaquaquecetuba (Comarca de Itaquaquecetuba), dono de rede de hotéis. Com o falecimento da esposa, Caio Mário deixou de trabalhar em razão de grande tristeza que o acometeu. Já com 72 anos, Antônio começou a passar por dificuldades financeiras, sobrevivendo da ajuda de vizinhos e alguns parentes, como Justina, sua sobrinha-neta. A jovem, que acabara de ingressar no curso de graduação em Direito, relatando aos colegas de curso o desapontamento com o abandono que seu tio sofrera, foi informada de que a Constituição Federal assegura que os filhos maiores têm o dever de amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade. De posse de tal informação, sugere a seu tio-avô que busque o Poder Judiciário a fim de que lhe seja garantido o direito de receber suporte financeiro mínimo de seu filho. Caio Mário procura, então, você como advogado(a) para propor a ação cabível. Elabore a peça processual apropriada ao caso narrado acima.

→petição inicial de ação de alimentos

2. Prática Processual trabalhista

2.1. Atividade a ser desenvolvida (manuscrita)

Inconformado com a respeitável sentença de folhas que acolheu apenas parcialmente os pedidos relacionados na inicial, o reclamante interpôs recurso ordinário no prazo legal. Alegando não ter havido a comprovação do pagamento das custas processuais arbitradas em R\$ 50,00, o MM. Juiz do Trabalho de uma das Varas da Capital de São Paulo denegou seguimento ao recurso. Questão: Como advogado do reclamante, tomar a medida cabível.

→agravo de instrumento

3. Prática Processual Penal

3.1. Atividade a ser desenvolvida (manuscrita)

Pedro, síndico do Prédio Flores Azuis, teve a sua honra aviltada por moradores do prédio. Antônio, Benedito e Carlos enviaram uma circular aos moradores, no mês passado, onde fizeram sérias acusações a pessoa de Pedro. Entre outras coisas, escreveram que o síndico não era pessoa confiável, não prestava contas adequadamente e que se apropriou do dinheiro dos moradores. Como advogado de Pedro, adote medida cabível para o caso

4. Atividade externa

- Assistir 03 (três) audiências de instrução e julgamento, da **Justiça do trabalho** , pelo site <https://audienciasonline.com.br/>. **Preencher o relatório** das atividades externas e anexar o **comprovante** .
- Assistir 03 (três) audiências de custódia, da **Justiça Comum Criminal** , pelo site <https://audienciasonline.com.br/>. **Preencher o relatório** das atividades externas e anexar o **comprovante** .

5. Estágio – 40 horas

- Estágio no Núcleo de Prática Jurídica, mediante preenchimento de relatório, Termo de Compromisso de Estágio ou declaração de estágio, com firma reconhecida, de Advogado militante (de preferência em escritório credenciado pela Ordem dos Advogados do Brasil).

Ou

- Alternativa para os alunos que não podem cumprir 40 horas.**

O aluno deverá responder as 3 questões/problemas abaixo de acordo com o solicitado em cada uma delas.

- 1) Travertino Rocha foi vencedor em certa ação que lhe resultou em crédito de R\$5.000,00. Agora pretende ele obter o pagamento deste montante frente ao devedor, Otaviano Medalha. Como advogado de Travertino promova a medida correta para que ocorra o pagamento almejado.

2) No início de um ano eleitoral, o Congresso Nacional aprovou e promulgou uma emenda constitucional suprimindo a alínea “a” do inciso II do §1º do art. 14 da Constituição e alterando o §2º do mesmo dispositivo, que passaria a ter a seguinte redação: “Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros, os analfabetos e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.” Ocorre que, no intervalo entre o primeiro e o segundo turno de votação da proposta (PEC) no Senado Federal, o Presidente da República havia decretado intervenção federal num determinado Estado da federação. Diante da dúvida generalizada a respeito do direito de voto dos analfabetos na eleição que ocorreria naquele ano, o Procurador-Geral da República houve por bem ajuizar ADI contra a referida emenda constitucional. A esse respeito, responda aos itens a seguir, empregando os argumentos jurídicos apropriados e a fundamentação legal pertinente ao caso. a) Uma emenda constitucional pode ser objeto de ADI? b) Há inconstitucionalidade formal ou material na emenda em questão?

3) Pedro é filho de Ana, empregada que trabalha na residência da família Pereira. Ao tomar conhecimento, por meio de sua mãe, que os donos da residência estariam viajando para comemorar a virada de ano, vai até o local e subtrai o veículo automotor dos patrões de sua genitora, pois queria fazer um passeio com sua namorada. Desde o início, contudo, pretende apenas utilizar o carro para fazer um passeio pelo quarteirão e, depois, após encher o tanque de gasolina novamente, devolvê-lo no mesmo local de onde o subtraiu, evitando ser descoberto pelos proprietários. Ocorre que, quando foi concluir seu plano, já na entrada da garagem para devolver o automóvel no mesmo lugar em que o havia subtraído, foi surpreendido por policiais militares, que, sem ingressar na residência, perguntaram sobre a propriedade do bem. Ao analisarem as câmeras de segurança da residência, fornecidas pelo próprio Pedro, perceberam os agentes da lei que ele havia retirado o carro sem autorização do verdadeiro proprietário. Foi, então, Pedro denunciado pela prática do crime de furto simples. A denúncia foi recebida pelo juízo competente, qual seja da 1ª Vara Criminal da Comarca de Suzano. Os fatos acima descritos são integralmente confirmados durante a instrução, sendo certo que Pedro respondeu ao processo em liberdade. Foram ouvidos os policiais militares como testemunhas de acusação, e o acusado foi interrogado, confessando que, de fato, utilizou o veículo sem autorização, mas que sua intenção era devolvê-lo, tanto que foi preso quando ingressava na garagem dos proprietários do automóvel. Após toda a produção de provas o Ministério Público, em sua manifestação derradeira, requereu a condenação nos termos da denúncia. Advogado de Pedro foi intimado para apresentar defesa.